



ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Teresina
FMS - Fundação Municipal de Saúde

PARECER JURÍDICO

À Presidência,

O presente processo se inicia com Ofício do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PI, onde a Corte de Contas intimou o Presidente desta Fundação para, no prazo consignado, apresentar defesa sobre irregularidades apontadas em representação formulada pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda (Processo TC/011430/2020).

A mencionada representação se refere a alegadas irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico n. 146/2019/GETRANS/FMS, o qual teve como objeto a seleção de empresa para contrato de prestação de serviços de administração com implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão, contemplando módulo de gerenciamento compartilhado de frota para controle e aquisição de manutenção preventiva e corretiva de veículos e equipamentos, fornecimento de peças, acessórios e pneus, dentre outros serviços.

A empresa autora da representação alega irregularidade na documentação de habilitação da empresa Carletto Gestão de Frota Ltda, especificamente no que tange a afirmada existência de mais de um Balanço Patrimonial referente ao ano de 2019, com números discrepantes entre si. Tal documento é imprescindível para a comprovação da qualificação econômico-financeira da empresa licitante.

Diga-se que, ao tempo da fase de habilitação da empresa Carletto, o Balanço Patrimonial questionado se encontrava validamente registrado e autenticado pela Junta Comercial, gozando, portanto, de presunção de legitimidade e validade.

Após apresentadas as defesas na referida representação que tramita no TCE-PI, o Exmo. Sr. Conselheiro Luciano Nunes concedeu medida cautelar em 07 de janeiro de 2021, para suspender a contratação oriunda do Pregão SRP nº 146/2019, bem como sustando a emissão de empenhos e pagamentos, além de outras determinações.

A decisão tem como base relatório da DFAM/TCE-PI, manifestando-se essa Diretoria pela procedência das alegações da empresa representante, afirmando-se a existência de erros por parte da empresa Carletto nos Balanços que constam nos autos, o que impacta diretamente nos índices de liquidez da empresa, e, portanto, na demonstração evidente de sua qualificação econômico-financeira junto ao processo licitatório. Diga-se que tal exigência é imposta pelo art. 31 da Lei de Licitações e não deve ser olvidada pela Administração.

Ademais, também consta na decisão cautelar que a Carletto “*não manteve as mesmas condições de habilitação a partir do momento em que teve seus balanços desarquivados/cancelados pela Junta Comercial do Estado do Paraná. Esse desarquivamento teria se dado através de ‘conduta indevida’ da Empresa Carletto, quando a JUCEPAR instaurou o processo de denúncia nº 20/0390120, e após verificadas todas as irregularidades determinou o desarquivamento dos livros nº 02 e nº 03 da Carletto, conforme publicação no Diário Oficial (junta comprovação no protocolo 000142/2020).*”

Vê-se, portanto, que a decisão de desarquivamento/cancelamento pela JUCEPAR do documento apresentado em sede de pregão eletrônico se deu posteriormente à decisão administrativa do Sr. Pregoeiro, que consta no id. 1192156.

De fato, conforme se vê dos autos, a FMS se encontra impossibilitada de dar continuidade ao contrato que redundou do certame licitatório em tela, pelo que os serviços de gerenciamento de frota e de manutenção de

veículo se encontra paralisado, sendo evidente os prejuízos que desse fato redundam.

Considerando que a decisão do TCE-PI, ainda que em cognição sumária, se funda em relatório da DFAM que dificilmente sofrerá alteração, visto que baseada em fatos incontestes, inclusive supervenientes à decisão proferida no processo licitatório, e, na nossa opinião, de acordo com as normas da lei de licitação em vigor, entendendo improvável se tomada decisão contrária à representação formulada.

Assim, diante do poder/dever de revisão dos atos administrativos, inscrito no art. 53 da Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999) e no art. 48 da Lei Municipal nº 3.338/2004, devendo anulá-los de ofício quando apresenta vício de legalidade, encaminho os autos para decisão acerca da nulidade na habilitação da empresa Carletto Gestão de Frota Ltda.

Pelos fundamentos acima, e especialmente diante da decisão cautelar e relatório da DFAM/TCE-PI, bem como pelo posterior desarquivamento/cancelamento promovido pela JUCEPAR de documento imprescindível à qualificação econômico-financeira da licitante vencedora, opina-se pela anulação do ato de homologação do certame, com anulação dos atos subsequente (inclusive contrato firmado, conforme art. 49, § 2º, da Lei 8.666/1993), reconhecendo a nulidade de todos os atos posteriores à habilitação da referida empresa, dando-se continuidade ao certame a partir deste ato.

A seguir, em se decidindo de acordo com a opinião acima, ou não, retornem os autos a esta AJU-FMS para apresentação de defesa/informação/recurso ao TCE-PI nos autos do referido processo.



Documento assinado eletronicamente por **Virgínia Gomes de Moura Barros, Chefe da Assessoria Jurídica**, em 02/02/2021, às 09:13, com fundamento no Decreto nº 18.316/2019 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://processoeletronico.pmt.pi.gov.br/sei/autenticador> informando o código verificador **1739830** e o código CRC **B7926FA7**.

Referência: Processo nº 00045.029500/2020-97

SEI nº 1739830

Rua Gov. Artur Vasconcelos, 3015 - Bairro Aeroporto - - CEP 64002-530 - Teresina - PI
- <http://fms.teresina.pi.gov.br/>